

CAPÍTULO 12

OS EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO EM CONTATO COM A IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE DO INDIVÍDUO

Jhony Simões Moraes
Bruno da Silva Campo
Michelli Cozer de Sousa de Almeida

RESUMO

As instituições estão presentes na construção do indivíduo e sociedade. O Objetivo desse trabalho foi estudar o poder das instituições, buscando analisar os efeitos e consequências da institucionalização em contato com a identidade e subjetividade do indivíduo, assim como compreender a relação entre eles no contexto da saúde. Os objetivos específicos foram: conceitualização e definição das instituições explicitando seu funcionamento na sociedade no contexto da saúde. Demonstrar a ilusória autonomia e humanização oferecida ao sujeito institucionalizado na concepção identitária e subjetiva. Discorrer sobre a importância da psicologia no estabelecimento de limites entre instituições e indivíduos na produção de humanização e saúde desse indivíduo. O presente trabalho foi elaborado como revisão bibliográfica, em forma de texto dissertativo expositivo. A pesquisa foi embasada nas áreas da psicologia Institucional, psicologia social, sociologia, filosofia, assim como seus principais autores, onde foram usados para fontes de pesquisas: livros, dissertações, teses e artigos científicos, selecionados através de busca nas seguintes bases de dados: livros, sites, artigos científicos e teses. Como conclusão foi destacada a importância da psicologia como ponte entre instituição e indivíduo, visando a promoção de saúde e humanização das práticas que englobam essa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalização. Identidade. Subjetividade. Indivíduo. Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Abordou-se nesse estudo como as instituições estão presentes na sociedade, como criações humanas, com intuito de inclusão e adequação dos indivíduos aos grupos sociais e na padronização de regras e normas prescritas ou subentendidas, impostas aos mesmos para ingresso e participação desses grupos, no pertencimento a família, trabalho, escola, igreja e estado. As instituições tem papel mediador na socialização e controle dos sujeitos e por natureza a tendência de fechamento.

Foi explanada então a fundamental contribuição desse estudo, na observação do papel da psicologia na construção individual e social do sujeito, assim o alvo dessa pesquisa com promoção de saúde, não é caracterizar negativamente as instituições, mas explorar a importância dessas relações entre indivíduos e instituições e seus efeitos sobre a identidade e subjetividade dos sujeitos institucionalizados, dando a devida importância a humanização.

Entendeu-se também a importância da identidade e subjetividade para a saúde do sujeito no seu desenvolvimento como pessoa, sua humanização e singularidades que são embotadas pelo controle e adequação as normas vigentes em cada instituição, emergindo na sociedade o

rótulo de uma falsa normalidade daqueles indivíduos institucionalizados, em contraste com aqueles que não se enquadram aos padrões e normas institucionais. Diante disso, o estudo buscou responder, como se dá o processo de institucionalização e suas consequências sobre a identidade e subjetividade do indivíduo no contexto da saúde?

O Objetivo geral do trabalho foi estudar o poder das instituições sobre a identidade subjetiva do indivíduo, assim como compreender a relação entre eles no contexto da saúde. Os objetivos específicos foram conceituar a institucionalização e explicitar seu funcionamento na sociedade no contexto da saúde. Demonstrar a ilusória autonomia e humanização presente no contexto da saúde para o sujeito institucionalizado e sua identidade e subjetividade. Discorrer sobre a importância da psicologia no estabelecimento de limites entre instituições e indivíduos na produção de humanização e saúde.

O presente trabalho foi elaborado através de uma revisão bibliográfica, na qual traz um texto dissertativo expositivo, ou seja, é pautado na exposição e explicação de ideias com propósito de construir uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presente na literatura consultada. Embasou-se nas áreas da psicologia Institucional, psicologia social, sociologia, filosofia, assim como seus principais autores, onde serão usados para fontes de pesquisas: livros, dissertações, teses e artigos científicos, selecionados através de busca nas seguintes bases de dados: livros, sites, artigos científicos e teses.

2. INSTITUIÇÃO TOTAL, CONCEITO E FUNCIONAMENTO

Buscou-se com esse estudo, explicitar a relação do indivíduo com as instituições em sua totalidade e generalidades, enfatizando as consequências dessa institucionalização sobre sua identidade e subjetividade e a importância da psicologia no contexto de saúde do indivíduo. Desse modo, foi indispensável para um melhor entendimento do assunto proposto, uma explanação e conceituação do termo instituição. De acordo com Baremlitt (1996) as instituições:

[...] são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos” BAREMLITT (1996, p. 177).

Que se mostram amplamente presentes na sociedade, que é conceituada pelo mesmo Baremlitt (1996, p. 29) como: “[...] tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens”. Ainda sobre a conceituação de instituição, Hur (2012, p. 53) que considera que as

instituições são estruturas heterogêneas conectivas “[...] de significações lógicas que objetivam dar sentido e ordenação à experiência coletiva e partilhada, podendo ter distintos graus de formalização, desde a estratificação e a rigidez de uma lei à esfera quase imperceptível de um hábito”. A instituição foi definida pelo Dicionário de Psicologia Dorsch (2001, p. 490) como: “conceito sociológico para designar sistemas bem diferentes de valores culturais e normas de comportamento que regulam problemas de convivência”.

Foi visto que o fenômeno institucionalização está presente em toda sociedade onde há relação entre indivíduos, que é, segundo o Dicionário de Psicologia Dorsch (2001, p. 490) “[...] alto grau de adaptação aos processos de comportamento numa instituição, afastamento provoca estados de angústia ou, ao menos mal estar”. É, portanto, um fenômeno social e só pode existir onde haja uma organização e a necessidade de regulamentar a produção humana, conseqüentemente uma padronização, normatização e regulamentação para funcionamento da mesma. No entender de Goffman (1992), pode-se dividir as instituições totais ou fechadas em cinco grupos, quais sejam:

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 1992, p. 16-17).

De modo que o não enquadramento de Indivíduos nesses grupos é considerada uma ameaça ao funcionamento dos processos de institucionalização e controle de seus participantes, configurando a necessidade de correção de suas práticas em função da não normalidade, quando comparados com os demais institucionalizados, regulamentação e normas vigentes. Observou-se que essa modelação do sujeito pela instituição, configura uma separação deste quando não enquadrado as normas, gerando separação e exclusão da sociedade denominada normal ou saudável.

Essa ordem normativa é replicada pela apropriação da identidade dos indivíduos, o que os torna simples cumpridores de papéis operando com base nos valores pelos

quais são socializados. A ação é analisada como produto de processos causais; estes, embora operem na mente dos atores, são considerados inacessíveis e incontroláveis por eles (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006, p. 53).

Aqueles indivíduos que representam uma ameaça ao funcionamento dos processos de institucionalização de adesão e controle de seus participantes conduzem a necessidade de correção de suas práticas em função da incompatibilidade de razão que revelam. Essa incompatibilidade racional admitida dentro das normas conhecidas e impostas pela institucionalização, portanto é mistificada e estigmatizada (GOFFMAN, 1985). A institucionalização é responsável pela cristalização de práticas, que transformadas em hábitos são determinadas aos indivíduos que aderem a instituição e passam a reproduzi-las. Através da determinação de funções, o devir a ser (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Em contrapartida, suas consequências se apresentam fronteiras limitadoras para o sujeito se constituir dentro de uma identidade em meio ao grupo social pertencente, determinado papel a ser desempenhado em troca da adesão ao grupo. São as instituições que determinam regras gerais, recursos simbólicos e hábitos a serem adotados por seus integrantes. As instituições não só determinam os papéis como também selecionam quem serão seus representantes, de acordo com a manutenção de interesses que a constitui, criando assim uma relação de poder institucional. Sobre essa relação de poder, e a situação dos papéis de cada indivíduo, vale ressaltar a fala de Foucault (1999), sobre o panóptico:

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1999, p. 165-166).

Essa estrutura mesmo ultrapassada se mostra presente e continua vigente nas instituições, funcionando no enquadramento e modelação da vida dos sujeitos nas esferas de saúde, educacionais e religiosas, de maneira que se manifestam em âmbitos abstratos e concretos, materiais e imateriais. Novamente, não foi intuito desse estudo denegrir ou condenar as práticas institucionais, que entendeu-se ser de fundamental importância para diversas áreas

socias e de desenvolvimento individual e coletivo, mas observar a forma sutil de poder, mutações e adequações nas relações atuais com os sujeitos, que mesmo não estando entre muros, edifícios ou em qualquer forma arquitetural, concreta e material, apresentam uma ilusória “liberdade” institucional, que se contradiz por sua conduta e codificação.

O código é um molde, buscando inserir um indivíduo a uma instituição ou grupo, uma determinada conduta a um significante, a um indicador. Codificar é dar uma etiqueta, um nome, um número de registro, uma medida, uma senha, uma cifra, como o código de barras é o registro de um produto. Do processo de codificação resultam estratos e linhas de segmentaridade rígida (HUR, 2015, p. 163).

Ter entendido até aqui a importância das instituições é fundamental para o desenvolvimento desse estudo e na exposição das muitas facetas que esse assunto pode ser abordado, em diversos conceitos e definições, também como suas ações principalmente sobre a subjetividade, identidade e humanização dos sujeitos, que é o alvo principal do trabalho.

Em contrapartida, no próximo capítulo observou-se as instituições pelo espectro dos sujeitos, no que tange a importância da sua subjetividade na construção pessoal e social, também a necessidade e manutenção da humanização, bem como as sutis mutações sofridas pelas instituições, com o propósito de permanência e gestão do poder sobre os sujeitos em esferas externas, aqueles que mesmo fora dos confinamentos totais, tem sua subjetividade e identidade mortificada. Mesmo com alertas, reformas humanitárias, as instituições estão presentes fora dos “muros”, configuradas como redes, operando em campo aberto e forma muitas vezes subliminar.

3. IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE

Esse capítulo foi desenvolvido para contextualização do papel da institucionalização anteriormente citada, e seu reflexo sobre a identidade do sujeito, onde foi necessário, para um maior entendimento, a definição e explanação desses conceitos, que pode-se entender pelo processo de identificar-se conjectura dois processos diferentes: o de identificar, adequar-se a algo como idêntico ou diferente, implicando processos de diferenciação e classificação; e o de identificar-se, por meio da prática que o indivíduo se inclui ou se exclui na classificação já assimilada (SILVA, 2000). A instituição, por sua vez, trabalha com a suposição do eu do indivíduo, direcionando-o as possibilidades de ser, conseqüentemente, tolhendo o potencial performativo da identidade (SILVA, 2000).

A relação do indivíduo em contato com as instituições no que tange sua identidade, apresenta extrema mutação, ao ser sistematizado e codificado. O rótulo representa processo de classificação e exclusão da identidade, está contido em uma estreita ligação com a norma

institucional e condição para vida em sociedade; atua como limite, um enquadre de aceitabilidade, de maneira que o que estiver fora do enquadre, configura infração, desvio, processo constantemente acompanhado pelas relações de poder e saber que o interpretam e o julgam.

Nas sociedades, indivíduos são rotulados como loucos e vivem em reclusão e prisão institucional, nessa condição, sofrem consequências diretas e permanentes em sua construção identitária. “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Há uma separação natural nas instituições em geral, que se pode observar em diversas áreas institucionais da sociedade. Nos hospitais a classificação é feita como saudável ou patológico, na religião como santo ou pecador, nas empresas como produtivo ou improdutivo, na sociedade como normal ou louco, nas prisões como inocente ou criminoso, podendo citar uma infinidade dessas classificações.

As instituições estão presentes na sociedade com a finalidade de regulamentar práticas, formular normas e regras de convívio se mostram necessárias para a vida em sociedade, mas em contrapartida essa objetificação conseqüentemente produz-se uma cristalização e embotamento da principal condição existencial, a subjetividade e diversidade que configura o ser e não objeto. Uma vez cristalizados, os significados das criações humanas não são mais entendidos como produção humana, mas como elementos constitutivos, inerentes à realidade objetiva, à reificação (BERGER; LUCKMANN, 2005). O mundo institucionalizado não só se revela necessário para a construção da identidade como também se revela o principal problema para a construção identitária. Novamente, não foi intuito desse estudo condenar as práticas institucionais, mas apontar e debater até que ponto elas embotam a identidade e subjetividade dos sujeitos, condicionando-o a ter atitudes previsíveis, atribuindo aos mesmos naturezas robotizadas, distanciamento de sua construção como pessoa, negação de seu direito a humanidade e singularidade.

A subjetividade foi outro aspecto estudado, que está em constante transformação, que está estritamente relacionada com diversos fatores e como cada sujeito a experiência, é uma produção singular e exclusiva. Compreende-se que um mesmo conceito pode ter diversas definições, dependendo da disciplina, do contexto, do uso, do autor, da interpretação. Expressa por Dimenstein como:

Uma forma particular de se colocar, de ver e estar no mundo que não se reduz a uma dimensão individual. A subjetividade é um fato social construído a partir de processos de subjetivação, o qual é engendrado por determinantes sociais – históricos, políticos, ideológicos de gênero, de religião, conscientes ou não. Dessa forma, em diferentes contextos culturais, diferentes subjetividades são produzidas (DIMENSTEIN, 2000, p. 116-117).

Dessa forma, o subjetivo refere-se, portanto, aquilo que é próprio do indivíduo, seus sentimentos, suas emoções, sua vida interior, sua identidade. Assim a subjetividade é tanto social quanto individual construindo-se reciprocamente. É impossível pensar em subjetividade de um espaço social separada da subjetividade dos indivíduos, assim como a subjetividade individual precisa dos espaços sociais para sua produção. Como entendeu González Rey (2012):

É uma produção do sujeito que tem como matéria-prima sua vida social e a cultura, porém, não existe nenhum tipo de relação direta entre o caráter objetivo de uma experiência vivida e a forma em que ela influencia o desenvolvimento psíquico da pessoa. Esse desenvolvimento está sempre metamorfoseado por uma produção de sentidos subjetivos que se definem na configuração subjetiva da experiência vivida (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 34).

As instituições não só determinam os papéis como também selecionam quem serão seus representantes, de acordo com a manutenção de interesses que as constitui. Nesse contexto, Guattari (1999, p. 190-191) observou que: "A subjetividade permanece hoje massivamente controlada por dispositivos de poder e de saber que colocam as inovações técnicas, científicas e artísticas a serviço das mais retrógradas figuras da sociedade". Ainda de acordo com Lane (2002):

A subjetividade é constituída na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade e suas instituições; ambas utilizam mediações das emoções, da linguagem, dos grupos a fim de apresentar uma objetividade questionável, responsável por uma subjetividade na qual estes códigos substituem a realidade (LANE, 2002, p. 17).

Uma reformulação em todo a área social é necessária, tanto em termos práticos como teóricos, bem como na reorganização das instituições: assistenciais, administrativas e judiciárias. Nas palavras de Santiago (2009, p. 36): “[...] nessa nova perspectiva, considerando a existência e o sofrimento das pessoas, o foco não é mais na sua cura, mas na invenção da saúde, da produção de vida, da subjetividade”. O desafio requer a importante consideração pela singularidade, subjetividade e identidade do sujeito antes da normatização, regras e rótulos. Estudar e falar de instituições é expor, ou seja, é analisá-las pelo seu dia-a-dia, principalmente através de seus discursos, das práticas de seus agentes e de sua clientela e de sua ação na sociedade.

Foi exposto neste capítulo, de maneira breve e sucinta a importância fundamental de outros espectros essenciais desse estudo, que são as definições e explicações dos conceitos de identidade e subjetividade na construção do indivíduo de forma singular e única, em contraste com o que foi desenvolvido no primeiro capítulo onde tratou-se das instituições e seus processos de institucionalização, com intuito de contextualização e desenvolvimento do terceiro capítulo, onde abordou-se o papel da psicologia e sua promoção de saúde individual, social, institucional, que indiscutivelmente se tornou uma ferramenta primordial para a construção ou reconstrução dessa relação entre instituição e indivíduo, primando como motivo principal da psicologia a humanização, produção de vida e saúde, também como o estudo desses processos e interações mostrando a necessidade de atenção contínua na criação de consciência educacional, de forma alerta para identificação às mudanças sofridas tanto nas instituições, quanto nos sujeitos submetidos a esse processo, que tendem a se adaptar de maneira sutil ao conceito de normalidade e saúde, visando enquadramento e conseqüentemente insalubridade.

4. O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES TOTAIS

Esse capítulo foi construído com a necessidade primária de estudo sobre a importância do papel da psicologia e seus profissionais na relação entre indivíduo e instituição, no que tange seu embasamento identitário e subjetivo, termos que foram tratados nos capítulos anteriores e não menos importantes para a construção do trabalho. Foi necessário abordar de maneira prioritária e inicial, a base para exercício da profissão que são as diretrizes e princípios fundamentais do código de ética do psicólogo.

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (BRASIL/BRASILIA, 2005, p. 7).

As instituições são ambientes conflituosos quando se pensa em condutas versus identidade, objetividade versus subjetividade e todas as divergências entre o que é institucional

e individual, de maneira que esse processo também é imposto ou sugerido ao profissional de psicologia que é colocado em uma posição delicada onde seus princípios éticos e profissionais são testados e colocados em questão. Como entendeu Bleger: “[...] o psicólogo é um agente de mudança e um catalisador ou depositário de conflitos, e, por isso, as forças operantes na instituição irão agir no sentido de anular ou amortizar suas funções e sua ação” (BLEGER, 1984, p. 53).

Quando se trata de cuidar de vidas humanas, temos que, necessariamente, lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas. As práticas de saúde, em qualquer nível de ocorrência, devem levar em conta esta diversidade. Devem acolher, sem julgamento, o que em cada situação, com cada usuário, é possível, o que é necessário, o que está sendo demandado, o que pode ser ofertado, o que deve ser feito, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento (BRASIL, 2003, p. 10).

Um discurso sobre as mudanças sofridas por meio de reforma das instituições, se mostra perigoso e no mínimo digno de uma melhor observação, no que diz respeito as reais alterações institucionais ou apenas um mascaramento das antigas práticas asilares, manicomiais e até mesmo religiosas, que independente da institucionalização voluntária ou involuntária, tendem ainda hoje a embotar, tolher e mortificar a identidade e subjetividade dos sujeitos, vindo de encontro a tudo aquilo que a ética fixa como princípios fundamentais da psicologia. Essas mudanças e mascaramento das práticas institucionais se mostram dentro de um conceito que gera grande controvérsia, que é o conceito de normalidade em oposição ao que é patológico e o conceito de saúde em oposição a doença. Essa "normalidade" pode ser medida ou baseada através de vários critérios como: normalidade como ausência de doença, normalidade ideal que é utópica, estatística que se baseia na frequência, normalidade funcional, como processo dinâmico, normalidade como bem estar, como liberdade e operacional. Dalgarrondo entendeu, entretanto que:

De modo geral, pode-se concluir que os critérios de normalidade e de doença em psicopatologia variam consideravelmente em função dos fenômenos específicos com os quais se trabalha e, também, de acordo com as opções filosóficas do profissional. Além disso, em alguns casos, pode-se utilizar a associação de vários critérios de normalidade ou doença, de acordo com o objetivo que se tem em mente. (DALGARRONDO, 2008, p. 34).

Nesse sentido não é possível pensar em uma produção de identidade e subjetividade nos regimes institucionais, mesmo que o institucionalizado possa fabricar um tipo de subjetividade, essa é objetivamente controlada, e tem como alvo uma suavização do sofrimento, gerando um grande problema e obstáculo na promoção de vida através da atuação da psicologia.

Ao entrar em uma instituição, o psicólogo deve tomar ciência que seu primeiro paciente deve ser a própria instituição, deve ser tratada e investigada a partir do espectro psicológico sobre seus objetivos, funções, tarefas, lideranças formais e informais, e as formas de comunicação, em que o psicólogo desempenhará suas funções como um colaborador e integrante regulador da mesma, especialista que atua sobre os problemas da relação ou comunicação humana, atendendo os problemas como institucionais, e não individuais (BLEGER, 1984). O autor expõe a importância da psicologia no estabelecimento de limites entre instituições e indivíduos na produção de saúde, para instituições e institucionalizados. Em contraposição ao exposto acima, percebeu-se o quão complexo é o papel do psicólogo, enquanto detentor de poder capaz de operar a vida dos cidadãos e dos grupos que os mesmos estão inseridos, servindo como instrumento de manipulação para a classe dominante. Entretanto, Martín-Baró traz além de uma crítica a esse perfil profissional, um modelo pautado na conscientização, que se constitui no horizonte primordial do quefazer psicológico.

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o quefazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade. No sentido de eliminar ou controlar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade pessoal e levam a pessoa a comportar-se como um alienado (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 17).

A psicologia e seus profissionais tem a responsabilidade de exercer seus princípios fundamentais e identificar nas instituições totais, aquilo que é objetivo e de natureza subjetiva e singular dos indivíduos institucionalizados. Ao observar sujeitos em instituições prisionais, instituições de longa permanência para idosos e aqueles que sofrem de transtornos psíquicos, diferente do que se pregou como reforma psiquiátrica, sanitária, luta antimanicomial e serviços substitutivos, são tratamentos muito distantes dos direitos humanos, aqui não se fala somente da letra, mas de práticas humanizadas de saúde física e mental. Assim também uma melhor explicitação e conscientização desses termos a sociedade, que adota a institucionalização ainda como instrumento de separação e exclusão, retirando-o da família, do mercado de trabalho, dos vínculos sociais; excluindo-o da vida em sociedade, com a classificação já citada nos capítulos anteriores que o codificam e rotulam como criminoso, incapaz, louco, entre outras classificações diversas e negativas.

Aqui observou-se o primordial e autêntico papel da psicologia, que é ver antes de tudo, o ser humano em conteúdo e construção essencial, desassociado de enquadramentos, rótulos e codificação, papel autêntico porque como parte inserida nessas instituições, não está isenta de descumprimento do seu papel exercido por seus profissionais, que sofrem com uma sociedade

e gestores que possuem princípios construídos na exclusão e institucionalização. O caminho para uma efetiva construção da saúde mental e seu funcionamento se mostra longo e cheio de desafios, mas a psicologia se mostra como engrenagem crucial para o processo de consciência e saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho respondeu em seu desenvolvimento aos objetivos propostos e foi elaborado para reflexão e alerta, principalmente aos profissionais da psicologia sobre a ilusória reforma das instituições totais, que tem adaptado suas normas e regras para uma aceitação social, encobrindo ou disfarçando a mortificação da humanidade de seus participantes, em busca de aceitação e continuidade dessas práticas, se estabelecem de forma implícitas e subtendidas, que são aderidas por seus participantes como pertencentes ao sistema institucional, excluindo aqueles que não aderem como anormais comparados grande maioria.

Abordou-se ao longo do trabalho a contextualização e definição das instituições totais e seu funcionamento, também a conceitualização da identidade e subjetividade como fundamentais para concepção do indivíduo, por fim o essencial papel da psicologia e seus profissionais para a promoção de saúde e humanidade, na clarificação, entendimento e no olhar analítico buscando a perspectiva de cada integrante dessa relação e não contaminação pelo sistema institucional.

Buscou-se a exposição da relação entre instituições totais, indivíduos institucionalizados e o papel da psicologia para promoção de saúde e edificação da identidade e subjetividade de maneira humanizada, respeitando a diversidade que é condição básica para existência, entendendo que a instituição total promove benefícios, em contrapartida gera efeitos naturais inerentes de seus processos de padronização, codificação e adequação. Esse papel poderá ser desenvolvido em futuros trabalhos, visando o desenvolvimento de consciência individual, da sociedade e dos profissionais inseridos nas instituições de maneira que a psicologia não se contamine em seu exercício primeiro.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1996. p. 29 e 177.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2005.

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA. COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST/AIDS (2003). **A política do ministério da saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas** (série b. Textos básicos de saúde). Brasília: ministério da saúde.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005, p. 7.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais** – 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 34.

DIMENSTEIN, M. **A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde**. Estudos de Psicologia. 2000, p. 95-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100006>. Acessado em: Set, 2022.

DORSCH, F., HÄCKER, H. E STAPF, K.H. **Dicionário de Psicologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 490.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999, p. 165-166.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 16-17.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GONZÁLEZ REY, F. **A configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva**. In: MARTINEZ, A. M.; SCOZ, B. J. L.; CARVALHO, M. I. S. de. Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco. Brasília: Liber Livros, 2012, p. 34.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica e cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. **Da produção de subjetividade**. In PARENTE. A. **Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual** (p. 177-191). Rio de Janeiro: Ed 34, 1999, p. 190-191.

HUR, D. U. Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais / Axiomatic of capital and institutions: abstracts, concretes and immaterials. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 156–178, 2015. DOI: 10.22456/2238-152X.58450. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58450>. Acessado em: Out, 2022.

HUR, D. U. **Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra.** Mnemosine, 2012, p. 51-69. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41558>. Acessado em: Ago, 2022

LANE, S. T. M. **A Dialética da subjetividade versus objetividade.** São Paulo: Casa do psicólogo. 2002, p. 17.

MARTÍN-BARÓ, I. **O papel do Psicólogo.** In: MARTÍN-BARÓ: **Estudos de Psicologia.** Brasil, 1996, v.02, n. 01. p. 7-27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/>. Acessado em: Ago, 2022.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do “Real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliza(ção). **Revista de Administração contemporânea,** Curitiba v. 10, n. 3, p. 51-71. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v10n3/a04v10n3.pdf>. Acessado em: Ago, 2022.

SANTIAGO, M. A. **Panorama da saúde mental pública no Distrito Federal de 1987 a 2007: um estudo exploratório sobre a reforma psiquiátrica no DF.** 2009, p. 36. Repositório institucional da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6371>. Acessado em: Set, 2022.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In:* SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.